



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO  
CNPJ N. 01.612.812/00001-50  
Rua Verônica Scheid, nº 1008, Centro**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2025  
TERMO DE FOMENTO COM A APAE DE SÃO BERNARDINO - SC**

Torna-se público que o Município de São Bernardino – SC, sob o CNPJ nº 01.612.812/0001-50 por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, realizou INEXIGIBILIDADE de Licitação, de acordo com os Documentos em anexo, para celebração de Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de São Bernardino – SC para repasse de recursos financeiros para custeio das atividades inerentes ao transporte dos alunos, com amparo legal no art. 31, Caput e Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.204/2015; arts. 25, V e 55, XXIX, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.530/2025 de 19/02/2025.

## **1. DO OBJETO**

**AUXÍLIO FINANCEIRO ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, DE SÃO BERNARDINO-SC, INSCRITA NO CNPJ Nº 80.622.376/0001-77, PARA CONSECUÇÃO DE FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO QUE ENVOLVE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS Á REFERIDA ENTIDADE, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA APAE, QUE CONSISTE NO CUSTEIO INERENTES AO TRANSPORTE DOS ALUNOS PARA O ATENDIMENTO NOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS JUNTO A SUA SEDE.**

### **1.1 DO BENFICIADO**

**1.2.1, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BERNARDINO, inscrita no CNPJ nº 10.647.541/0001-60, localizada na Rua São Gregório, Centro, nº 911, São Bernardino – SC CEP nº 89.982-000.**

### **1.2 DA JUSTIFICATIVA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO**  
**CNPJ N. 01.612.812/00001-50**  
**Rua Verônica Scheid, nº 1008, Centro**

**1.3.1** Considerando que a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO BERNARDINO, é a única entidade a atua nesta área de atendimento no Município.

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente , Lei nº 8.069/90.

Considerando que o valor da proposta inicial apresentada pela APAE e valor devidamente aprovado junto ao Legislativo Municipal, está fixado em R\$ 55.000,00.

Considerando o regramento contido na Lei nº 13.019/2014, com alterações que lhe foram dadas pela Lei nº 13.204/2015.

Considerando a Lei Municipal nº 1.530/2025 de 19/02/2025, que autorizou o repasse de recursos de até R\$ 55.000,00 (Cinqüenta e cinco mil reais) pelo Município `a APAE de São Bernardino- SC e a existência de dotação orçamentária.

Considerando que a entidade tem objetivos voltados para a promoção das atividades de finalidades de relevância pública e social, visando a promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, prestação de serviço e reabilitação, prestação de serviços de educação especial, oferta de serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

Considerando a solicitação de recursos formalizados pela entidade, acompanhada da documentação mínima necessária exigida em lei.

Considerando o inegável serviço público prestado pela entidade no decorrer dos vários anos de sua existência em todas as áreas de atuação, disponibilizando serviços especializados às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e com transtornos globais do desenvolvimento, bem como a seus familiares.

Considerando que o plano de trabalho apresentado cumpre todos os requisitos legais exigidos para o caso, nem como no mérito da proposta contida neste está em conformidade com a modalidade de parceria que se pretende adotar, inegavelmente se faz necessária a celebração do Termo de Fomento com a APAE desta cidade.

### **1.3 FUNDAMENTAÇÃO**

#### **LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.**

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO  
CNPJ N. 01.612.812/00001-50  
Rua Verônica Scheid, nº 1008, Centro**

específica, especialmente quando: [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no [inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), observado o disposto no [art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. \(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#)

#### **1.4 DO ITEM E VALOR**

#### **1.5 BENEFICIADO - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BERNARDINO, inscrita no CNPJ nº 10.647.541/0001-60**

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	AUXILIO FINANCEIRO A ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS	Und	1,00	50.000,00	50.000,00
Total					50.000,00

#### **1.6 HABILITAÇÃO**

- a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

#### **1.8 RAZÃO DE ESCOLHA DO BENEFICADO E JUSTIFICATIVA DE PREÇO**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO**  
**CNPJ N. 01.612.812/00001-50**  
**Rua Verônica Scheid, nº 1008, Centro**

Será celebrado Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de São Bernardino – SC para repasse de recursos financeiros para custeio das atividades inerentes ao transporte dos alunos, com amparo legal no art. 31, Caput e Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.204/2015; arts. 25, V e 55, XXIX, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.1530/2025 de 19/02/2025, por ser é a única entidade a atua nesta área de atendimento no Município.

Considerando que o valor da proposta inicial apresentada pela APAE e o valor foi devidamente aprovado junto ao Legislativo Municipal, no valor de até R\$ 55.000,00, e o valor que será repassado será de R\$ 50.000,00.

Considerando que a entidade tem objetivos voltados para a promoção das atividades de finalidades de relevância pública e social, visando a promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, prestação de serviço e reabilitação, prestação de serviços de educação especial, oferta de serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

Considerando que o plano de trabalho apresentado cumpre todos os requisitos legais exigidos para o caso, nem como no mérito da proposta contida neste está em conformidade com a modalidade de parceria que se pretende adotar, inegavelmente se faz necessária a celebração do Termo de Fomento com a APAE desta cidade.

## **1.9 DO PRAZO E VIGÊNCIA**

1.10 O prazo de vigência da contratação é de 31/12/2025.

### **1.10.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios- DOM/SC e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

## **2. DAS DOTAÇÕES**

**2.020.3350.00 - 4000 - 68/2025 - Apoio ao Ensino Especial**

**04**

**DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO**

## **3. DO PAGAMENTO**

O repasse será realizado com recursos próprios em parcela única.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO**  
**CNPJ N. 01.612.812/00001-50**  
**Rua Verônica Scheid, nº 1008, Centro**

#### **4. FORO**

O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição administrativa, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Campo-Erê-SC.

#### **5. LEGISLAÇÃO APLICADA**

Aplica-se a este Termo de Inexigibilidade, nos casos omissos, a seguinte legislação:  
- Lei Federal nº 13.019/2014.

#### **6. DA FISCALIZAÇÃO**

A Administração designa o fiscal de contrato da Secretaria de Administração e Fazenda para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do fornecimento dos serviços.

#### **7. AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 31, Caput e Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014.

São Bernardino – SC 27/02/2025

LUCAS JUNIOR CENI

Agente de contratação que conduziu o processo de Inexigibilidade

Dalvir Luiz Ludwig

Prefeito Municipal

Visto e Aprovado

Gilvani Melo

OAB/SC 70.740

Assessor Jurídico